



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 16327.003017/2003-27

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 2202-002.430 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 17 de setembro de 2013

Matéria IRRF Cruzamento de DCTF

Recorrente Banco Itau S.A.

Recorrida Fazenda Nacional

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Exercício: 1999

IRRFB. COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO.

Não há que se manter o lançamento por falta de recolhimento de tributo quando apresentada a prova da sua efetiva quitação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos do relator.

(assinado digitalmente)

Pedro Paulo Pereira Barbosa – Presidente

(assinado digitalmente)

Pedro Anan Junior - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Composição do colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros PEDRO PAULO PEREIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2 de 24/03/2001

Autenticado digitalmente em 16/10/2013 por PEDRO ANAN JUNIOR, Assinado digitalmente em 16/10/2013 po

r PEDRO ANAN JUNIOR, Assinado digitalmente em 04/11/2013 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Impresso em 06/11/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

BARBOSA (Presidente), PEDRO ANAN JUNIOR, CAMILO BALBI (Suplente convocado), GUILHERME BARRANCO DE SOUZA (Suplente convocado), ANTONIO LOPO MARTINEZ, RAFAEL PANDOLFO. Ausente justificadamente o Conselheiro Fábio Brun Goldschmidt.

CÓPIA

Relatório

Em decorrência de auditoria interna realizada na DCTF – Declaração de Contribuições e Tributos Federais, referente aos 2º, 3º e 4º Trimestres de 1998, foi lavrado o auto de infração cuja cópia encontra-se às fls. 21 a 150, do qual a contribuinte foi cientificada em 23/07/2003, conforme documentos de fls. 422/423, exigindo-lhe o recolhimento do crédito tributário no valor total de R\$ 14.493.283,55, sendo R\$ 390.723,78 a título de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte IRRF; R\$ 293.042,84 a título de Multa de Ofício (75%); R\$ 349.958,33 a título de juros de mora (calculados até 30/06/2003); R\$ 242.500,48 a Multa paga a menor; R\$ 85.959,31 a título de Juros pagos a menor ou não pagos e R\$ 13.131.098,81 a título de Multa Isolada – Multa de Ofício (Passível de redução).

Segundo a Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal (fl. 22), a autuação refere-se à “FALTA DE RECOLHIMENTO OU PAGAMENTO DO PRINCIPAL, DECLARAÇÃO INEXATA, conforme Anexo III” e “FALTA OU INSUFICIÊNCIA DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS (Multa de Mora parcial e/ou Juros de Mora parcial ou total), conforme anexo IV”. A Fundamentação Legal encontra-se indicada na Folha de Continuação do AUTO DE INFRAÇÃO nº 0003571 (fls. 22/23).

O Anexo Ia do Auto de Infração (fls. 26 a 56) refere-se ao “Relatório de Auditoria Interna de Pagamentos informados na DCTF” com apuração de saldos em aberto; o Anexo IIa refere-se ao “Demonstrativo de Pagamentos Efetuados após o Vencimento” (fls. 57/112 e 116/144) com a apuração dos acréscimos legais devidos.

Assim, o Anexo III – “Demonstrativo de Crédito Tributário a Pagar” (fls. 150) e o Anexo IV – “Demonstrativo de Multa e/ou Juros a Pagar – Não Pagos ou Pagos a Menor” (fls. 113/115 e 145/146) discriminam os valores lançados por fato gerador (Código de Receita – Período de apuração).

Irresignada com o lançamento, a interessada apresentou, em 22/08/2003, a impugnação de fls. 03 a 12 em que alega, relativamente ao lançamento decorrente dos pagamentos não localizados que o tributo foi regularmente recolhido pela impugnante, conforme verificasse nos documentos anexados à pena de defesa.

Por meio do Despacho Decisório de fls. 437 a 448, o Sr. Delegado da Deinf/SP, com base nos arts. 145, inciso III, c/c 149, inciso |VIII, da Lei nº 5.172, de 1966, decidiu reverde ofício o auto de infração DCTF 3571/2003, exonerar parte do valor lançado.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento de São Paulo – DRJ/SP1, ao analisar a impugnação, deu provimento parcial conforme ementa abaixo transcrita, através do acórdão DRJ 16-39431 de 31 de maio de 2012:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE
IRRF*

Ano calendário:

1998

IRRF. FALTA DE RECOLHIMENTO.

Deve ser mantido o lançamento por falta de recolhimento de tributo quando não apresentada a prova da sua efetiva quitação.

MULTA DE OFÍCIO. RETROATIVIDADE BENIGNA.

Aplica-se a lei a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

No julgamento dos processos pendentes, cujo crédito tributário foi constituído com base no art. 90 da MP nº 2.158-35, de 2001, as multas de ofício exigidas em decorrência das diferenças de tributo/contribuição apuradas devem ser exoneradas pela aplicação retroativa do art. 18 da Lei nº 10.833, de 2003, em razão de lei nova deixar de caracterizar o fato como hipótese para aplicação de multa de ofício.

*DENÚNCIA ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO.
APLICAÇÃO DO ATO DECLARATÓRIO PGFN nº 8/2011.*

Aplica-se a denúncia espontânea, com a consequente exclusão da multa de mora, na situação em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito ao lançamento por homologação), acompanhado do pagamento imediato e integral da parte declarada, retifica a declaração antes de iniciado procedimento fiscal, informando a existência de diferença a maior, cuja quitação operou-se inclusive antes da referida retificação.

Após a decisão da DRJ ficou remanescente os valores abaixo:

Tributo	Período	Valor
0481	22/09/1998	20.963,54
3426	05/10/1998	11.814,16
0561	03/12/1998	17.453,79

Devidamente cientificado dessa decisão, o contribuinte apresenta tempestivamente recurso voluntário onde alega em síntese:

- No que diz respeito ao valor de R\$ 11.814,16, não localizou o DARF de pagamento, mas efetuou o recolhimento conforme documento anexado ao recurso voluntário;

- Em relação aos valores de R\$ 20.963,54 e R\$ 17.453,79, os valores foram devidamente recolhidos, mas foram informados em período equivocado na DCTF, conforme documentos juntados ao recurso.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Pedro Anan Junior

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, portanto deve ser conhecido.

Conforme demonstrado no relatório, a lide objeto do recurso se refere aos débitos abaixo:

Tributo	Período	Valor
0481	22/09/1998	20.963,54
3426	05/10/1998	11.814,16
0561	03/12/1998	17.453,79

Tendo em vista a comprovação dos recolhimentos por parte da Recorrente, através dos documentos anexados ao recurso voluntário, entendo que assiste razão a mesma.

Desta forma, conheço do recurso e no mérito dou provimento.

(Assinado Digitalmente)

Pedro Anan Junior - Relator